

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise objetiva apresentar um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro nos últimos doze meses (março de 2014 a fevereiro de 2015) com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tem como foco o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho nesse intervalo, à luz dos resultados dos anos anteriores, em particular o período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

A fim de balizar os resultados sobre a *performance* do mercado de trabalho, será feito antes um breve panorama do ambiente macroeconômico. O ano de 2014 encerrou com um quadro de estagnação da atividade econômica, combinado à persistência de pressões inflacionárias. O produto interno bruto (PIB)¹ brasileiro no último ano manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior (2013), com variação positiva de 0,1%, pior resultado desde 2009, quando a economia recuou 0,2%. Em relação ao terceiro trimestre de 2014, o PIB de outubro a dezembro avançou 0,3%. Frente ao quarto trimestre do ano anterior, ele mostrou retração de 0,2%. Já em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou no mês de fevereiro de 2015 uma variação anual de 7,70%, a maior desde maio de 2005.

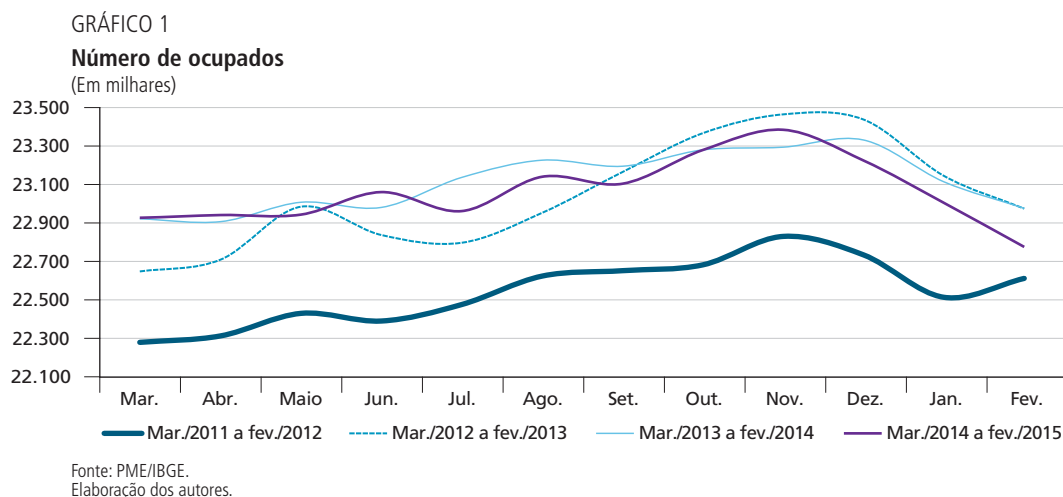
Tão ou mais importante que esses números sobre o passado recente é a deterioração das expectativas em relação ao futuro imediato. Os agentes econômicos, segundo o Relatório de Mercado Focus da última semana de março, do Banco Central, revisaram para baixo suas previsões para o crescimento do PIB (-1%) em 2015, mantendo em patamares elevados as previsões para a inflação e a taxa de juros (8,13% e 13,25%, respectivamente).

Esse cenário pouco animador para a economia parece, de fato, ter afetado o desempenho do mercado de trabalho, tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta, quando se analisam os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos últimos doze meses: o nível de ocupação começa a dar sinais de retração e a taxa de atividade apresenta valores bem abaixo dos registrados nos anos anteriores.

2 OCUPAÇÃO, DESEMPREGO E TAXA DE ATIVIDADE

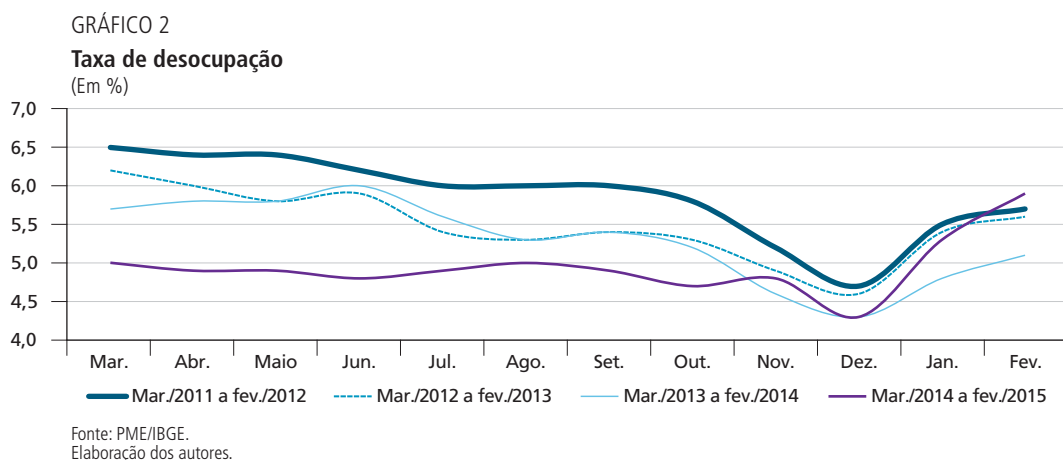
Ao analisar a ocupação e a trajetória desta nos últimos anos, verifica-se que nos doze meses referentes a março de 2014 a fevereiro de 2015 a média da população ocupada nas regiões metropolitanas (RMs) foi de aproximadamente 23,06 milhões. Esse valor agregado apresentou uma variação de -0,2% comparado ao mesmo período do ano anterior, o que representa uma diminuição de 52 mil postos de trabalho. Esse desempenho é inferior ao registrado nos últimos anos. Vale notar que o nível da população ocupada continua diminuindo no começo de 2015, atingindo 22,77 milhões de indivíduos ocupados nas RMs cobertas na amostra da PME em fevereiro. Embora um movimento similar tenha ocorrido em dois dos três anos anteriores, a sua intensidade no início de 2015 é claramente maior.

1. Ver IBGE, disponível em: <www.ibge.gov.br>.



Direcionando a análise aos dados regionais, pode-se dizer que apenas Salvador apresentou variação positiva de 2,7%, ao comparar o desempenho médio do nível de ocupação nos últimos doze meses (março de 2014 a fevereiro de 2015) com valores médios dos doze meses anteriores (março de 2013 a fevereiro de 2014). Na mesma comparação, Porto Alegre permaneceu estável e as demais regiões tiveram decréscimos: Belo Horizonte (-1,8%); Recife (-0,6%); São Paulo e Rio de Janeiro (-0,3%).

Era de se esperar que a perda de dinamismo na geração de postos de trabalho acarretasse um aumento na taxa de desemprego. No entanto os dados da PME não confirmam essa expectativa. O gráfico 2 ilustra a trajetória da taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, para o agregado das RMs no período de 2012 ao primeiro bimestre de 2015.



Nos últimos doze meses a taxa de desemprego registrou uma média de 5%, apresentando uma queda de 0,4 ponto percentual (p.p.) em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos últimos meses, porém, a tendência passa a ser de estagnação ou mesmo de crescimento, a depender do horizonte considerado. Por exemplo, a taxa média de desemprego entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015 supera em 0,3 p.p. a taxa referente a novembro de 2013 e fevereiro de 2014. Em fevereiro, por sinal, a taxa foi de 5,9%, maior valor registrado para o mesmo mês desde 2011.

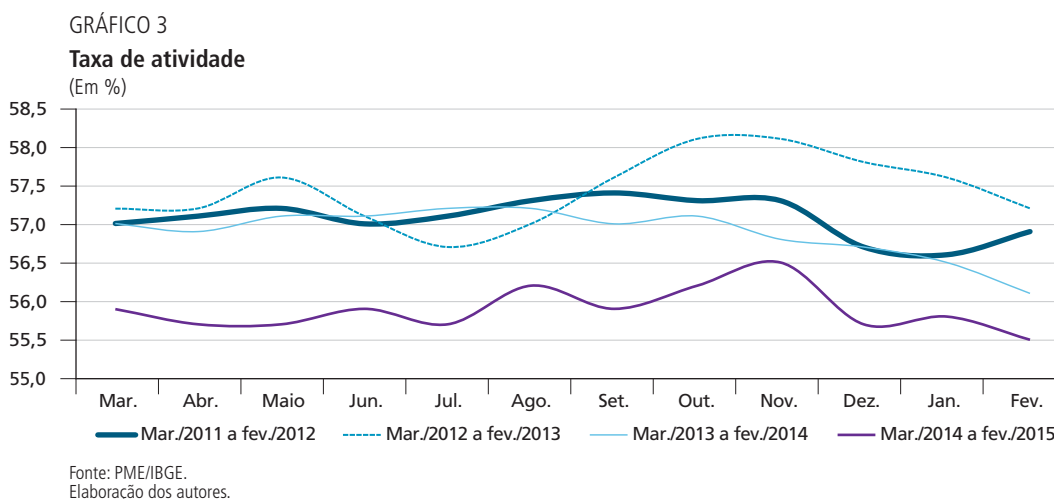
Na comparação da taxa de desemprego entre as RMs, Rio de Janeiro, seguido por São Paulo, apresentaram as maiores reduções (-0,9 p.p. e -0,6 p.p., respectivamente),

enquanto Salvador e Porto Alegre tiveram crescimento da taxa de 0,8 p.p. e 0,6 p.p. respectivamente. Recife não apresentou variação no período analisado.

Há também uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos demais recortes, como faixa etária, gênero e grau de instrução.²

A taxa de desemprego aberto apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) corrobora, em certa medida, as conclusões tiradas com base nos dados da pesquisa do IBGE. No aspecto regional, a PED também registra disparidades, com Salvador (-0,8 p.p.) apresentando reduções na média dos últimos doze meses (2014-2015) na comparação com os doze meses anteriores (2013-2014), enquanto São Paulo teve aumento da taxa de desocupação (0,7 p.p.).³

O gráfico 3 ilustra a evolução da taxa de atividade⁴ ao longo de 2012 a fevereiro de 2015. A tendência de queda já observada em 2014 continua em 2015, registrando, em janeiro e fevereiro últimos, os valores mais baixos desde o começo da pesquisa em 2003, 55,8% e 55,5%, respectivamente. A taxa média nos últimos doze meses caiu 1 p.p. quando comparada ao mesmo período dos anos anteriores (março de 2013 a fevereiro de 2014). Essa diminuição na taxa de atividade é a responsável pela ausência de um aumento no desemprego que, a princípio, seria o esperado em um cenário de retração na ocupação, na medida em que a contrapartida na diminuição da população ocupada se deu por meio de um aumento dos inativos, e não dos desocupados.



Para entender melhor a evolução dessa taxa entre 2014 e 2015 é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho, com o intuito de identificar algum grupo cuja influência tenha se sobressaído em relação à evolução da taxa agregada.⁵ Na repartição por sexo, não é possível identificar tal grupo, uma vez que tanto os homens quanto as mulheres apresentaram queda de 1,0 p.p. Na desagregação por idade, jovens de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos participam menos da força de trabalho, ambos com queda de 2,3 p.p.

2. Ver anexo estatístico.

3. Ver o anexo estatístico.

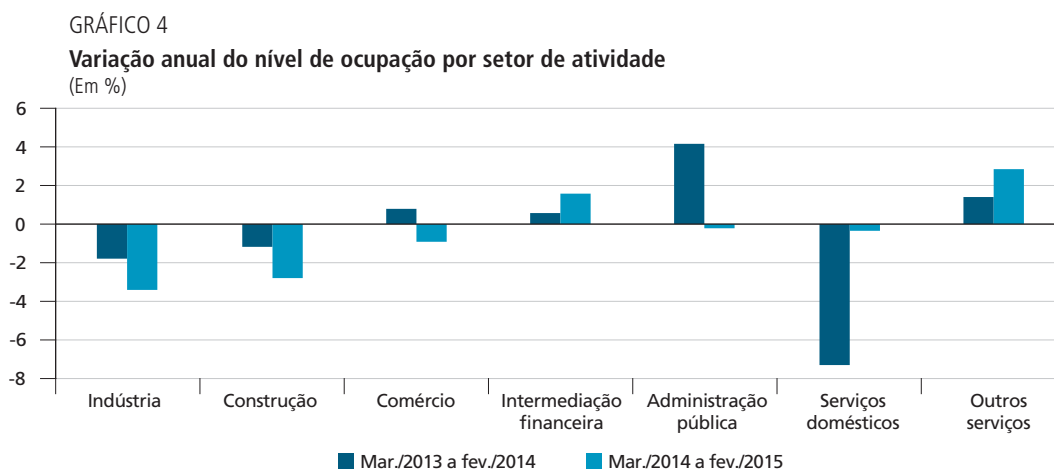
4. Taxa de atividade ou taxa de participação é o percentual de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação às pessoas em idade ativa (PIA).

5. Os dados estão disponíveis no anexo estatístico deste boletim.

Direcionando a análise aos dados regionais, apenas Salvador apresentou variação positiva da taxa de atividade (1,0 p.p.). Todas as demais RMs registraram queda, com destaque para Belo Horizonte (-1,9 p.p.).⁶

3 COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A análise do nível de ocupação possibilita uma desagregação dos dados de acordo com algumas características de postos de trabalho, tais como setor de atividade e posição na ocupação. Um exame dessas desagregações pode ser útil para o entendimento da retração do nível de ocupação agregado. Quando se trata do aspecto setorial da população ocupada, os resultados apontam para uma piora no desempenho na maioria dos setores analisados na comparação entre a média de março de 2014 a fevereiro de 2015 frente ao mesmo período dos anos anteriores. Esses movimentos podem ser observados no gráfico 4.



Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

Os setores da indústria⁷ (-3,4%) e de construção (-2,8%) experimentaram as maiores quedas no nível de ocupação⁸ nesse período. No entanto outros setores, tais como outros serviços⁹ (2,8%) e intermediação financeira¹⁰ (1,6%), apresentaram um comportamento favorável.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também revelam a diminuição da capacidade da economia brasileira em gerar novos postos de trabalho. No gráfico 5, a análise dos doze meses da variação por setor de atividade mostra uma piora no saldo da movimentação de mão de obra¹¹ em quase todos os setores, com destaque para o saldo negativo da indústria e da construção civil, corroborando o quadro setorial da PME.

Os setores que registraram saldo positivo foram serviços e comércio. Em todo caso, é importante frisar as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação.

6. Queda nas demais RMs pesquisadas: São Paulo (1,3 p.p.); Rio de Janeiro (1,2 p.p.); Recife (0,8 p.p.); e Porto Alegre (0,2 p.p.).

7. Nesse agrupamento as atividades consideradas são de indústria extrativa e transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

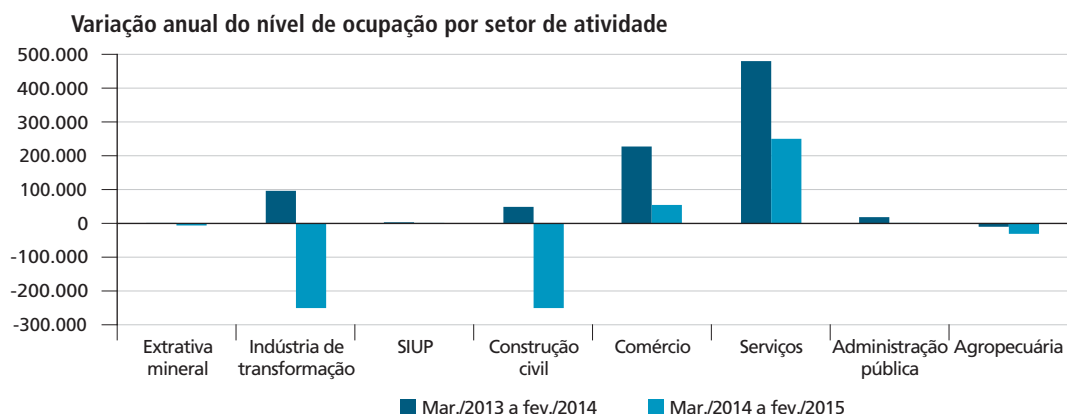
8. Demais setores: outras atividades (-1,2%); comércio (-0,9%); serviços domésticos (-0,3%); e administração pública (-0,2%).

9. Esse agrupamento abrange as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação.

10. Esse agrupamento comporta as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

11. Saldo = admitidos – desligados.

GRÁFICO 5

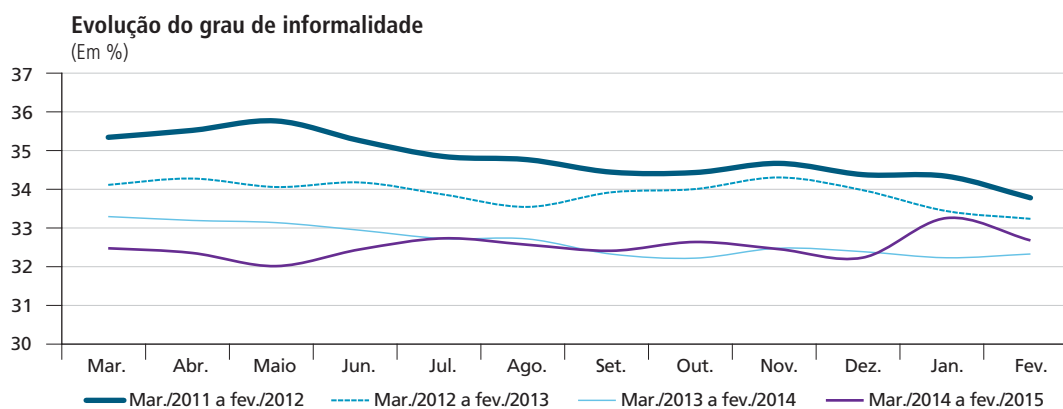


Fonte: Caged/MTE.
Elaboração dos autores.

Voltando à PME, analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, o destaque positivo fica por conta dos ocupados por conta própria, que registraram um crescimento de 4% nos últimos doze meses (2014-2015) na comparação com os doze meses anteriores (2013-2014). Já os empregados com carteira assinada tiveram crescimento de 0,3% no mesmo período. Na outra ponta, os empregados sem carteira apresentaram um decréscimo de 6,4% e os empregadores de 4,1%.¹²

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados sem carteira assinada e dos ocupados conta-própria se compensam na determinação da evolução do grau de informalidade.¹³ O nível de informalidade médio da população ocupada nos últimos doze meses foi de 32,5%, ficando estável em relação à média do período de março de 2013 a fevereiro de 2014. Vale notar, no gráfico 6, que a taxa de informalidade oscilou bastante ao longo de 2014 e, apesar de ter começado o ano de 2015 em um nível acima do anterior, houve uma queda significativa em fevereiro de 2015 (0,6 p.p.).

GRÁFICO 6



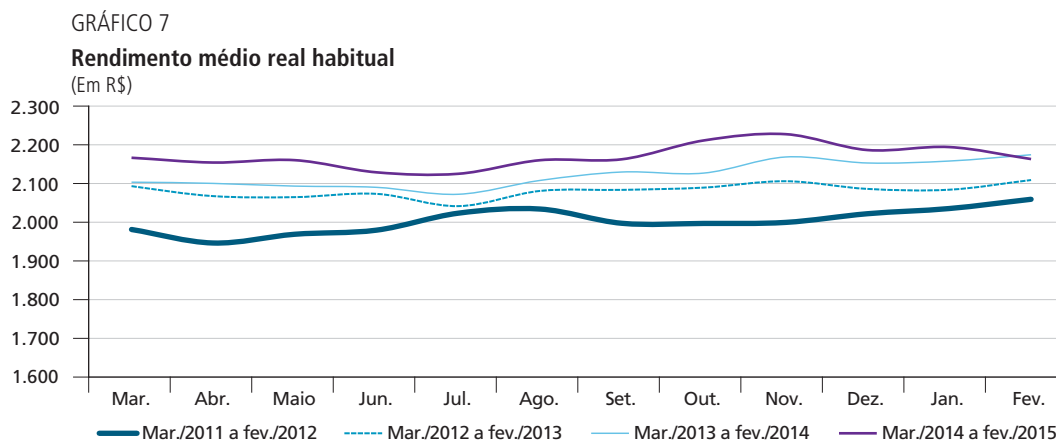
Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

12. Os militares e os estatutários tiveram um acréscimo de 0,4%.

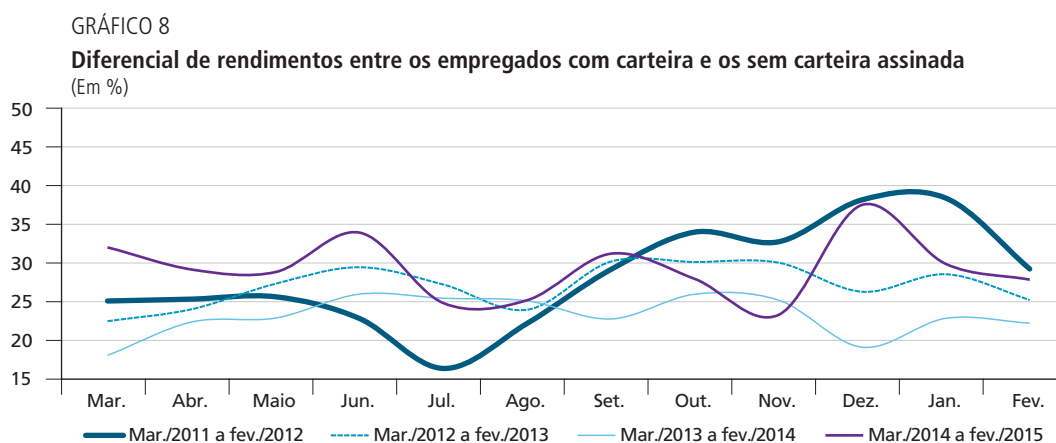
13. O grau de informalidade utilizado nesta análise é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

Nos últimos doze meses, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$ 2.170, registrando um crescimento de 2,2% em relação à média dos doze meses anteriores. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 7. Neste pode-se constatar que o rendimento real em 2014 permaneceu em patamares superiores aos anos anteriores, assim como começou o ano de 2015 bem elevado, apesar da queda de 1,4% registrada em fevereiro. Cabe destacar que, nesse último mês, pela primeira vez desde longa data foi constatada uma retração no rendimento real na comparação com o mesmo mês do ano anterior.



No plano regional, com exceção de Belo Horizonte, que registrou uma queda de 0,8% nos rendimentos reais médios nos últimos doze meses, todas as demais RMs analisadas registraram aumento nesse indicador, com destaque para Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que apresentaram variações de 5,4%, 4,1% e 3,4%, respectivamente. São Paulo foi a região que menos apresentou crescimento (1%).¹⁴

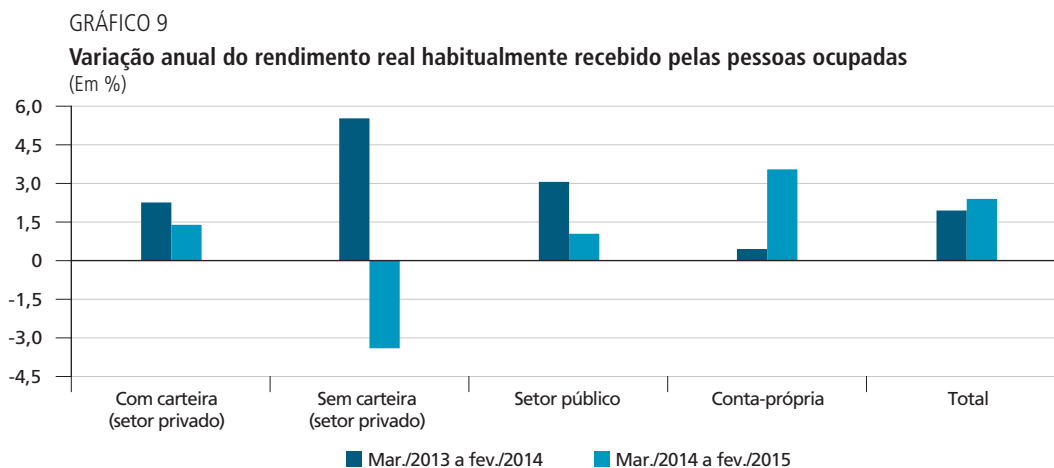


A elevação dos rendimentos nos últimos doze meses, quando comparada ao mesmo período de 2013 a 2014, foi registrada para os ocupados do setor público (3,5%), para os trabalhadores conta-própria (2,4%) e para os ocupados com carteira assinada (1,4%). Já os empregados sem carteira assinada registraram uma diminuição de 3,4%

14. Porto Alegre apresentou um crescimento do rendimento médio real de 2,4%.

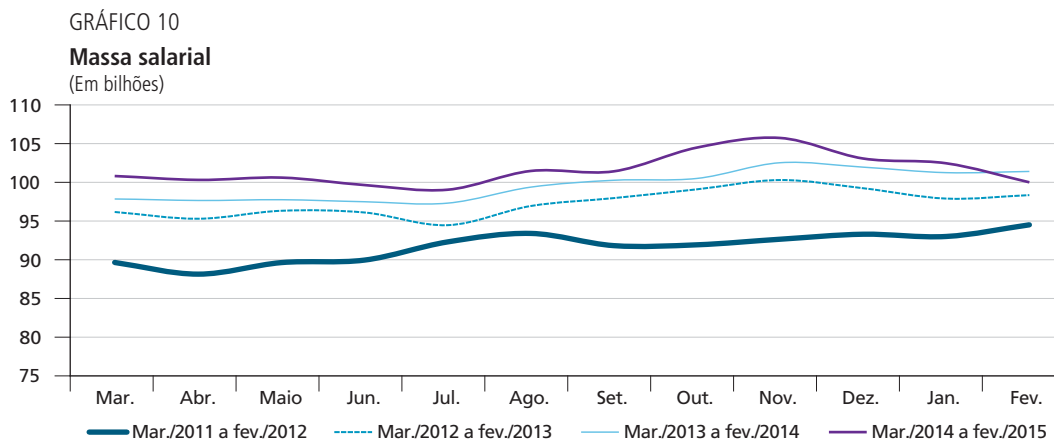
na remuneração média.¹⁵ Como consequência desse fato, o diferencial de salários entre os empregados com e sem carteira aumentou de 23,1% na média do período de março de 2013 a fevereiro de 2014, para 29,3% na média dos últimos doze meses. A evolução desse diferencial é reportada no gráfico 8.

Esse aumento no diferencial de salário entre empregados com e sem carteira pode ser mais bem compreendido com ajuda do gráfico 9, que traz a variação anual dos rendimentos em cada posição na ocupação.



Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

Nota-se que, por um lado, os empregados com carteira assinada obtiveram ganhos salariais nos dois períodos analisados e, por outro, os empregados sem carteira experimentaram perdas nos últimos doze meses. Vale notar que este segmento foi o único grupo que apresentou piora no período. Pode-se observar também um crescimento na média dos últimos doze meses no segmento do setor público.



Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

Observa-se, no gráfico 10, a evolução da massa salarial no período de 2012 ao primeiro bimestre de 2015. Na comparação entre a média dos últimos doze meses em relação à média de março de 2013 a fevereiro de 2014, a massa salarial cresceu 2%. Esse resultado indica que a expansão dos salários no período analisado vem mais do que compensando a queda

15. Interessante notar que no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015 a tendência dos rendimentos por posição na ocupação já é bem distinta, com expressivos ganhos para os empregados sem carteira e queda de rendimento para os trabalhadores conta-própria.

da ocupação, mantendo alto o nível da massa salarial. Pode-se notar que este indicador oscilou bastante ao longo de 2014, e mostra uma trajetória de queda desde novembro de 2014 até fevereiro de 2015. Essa trajetória é preocupante, dado o relevante papel do consumo interno na dinâmica favorável do mercado de trabalho registrada até 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise dos indicadores do mercado de trabalho no período de março de 2014 a fevereiro de 2015 aponta para um quadro de ocupação e de participação em queda, com manutenção de desemprego em níveis historicamente baixos e salário em níveis historicamente altos.

Isso leva à seguinte pergunta: mas como menos pessoas estariam procurando emprego se os rendimentos (em termos reais) continuavam altos? O fato das pessoas não estarem procurando emprego parece refletir um desinteresse em continuar no mercado de trabalho. Mas, se o salário estava alto, o mercado de trabalho ainda deveria ser visto como atrativo.

Em primeiro lugar, é preciso recordar a classificação de um indivíduo sem ocupação em desempregado ou inativo. Isso depende do indivíduo ter tomado alguma atitude que seja considerada como busca por emprego em um mês de referência. A segunda etapa do diagnóstico proposto nesta análise faz uso da seguinte suposição: os indivíduos tendem a concentrar suas ações de busca por emprego no início do período em que ficam sem emprego. Nesse cenário, quanto mais tempo demorarem a retornar ao emprego, maior será a probabilidade de serem classificados como inativos em vez de desempregados, dado que maior será a probabilidade de serem entrevistados em períodos nos quais não tomaram providências que sejam consideradas como busca por emprego.

Juntando as duas etapas mencionadas acima, ter-se-ia o seguinte encadeamento de fatos que levam a um diagnóstico mais abrangente: a dinâmica macroeconômica de baixo crescimento diminuiu o fluxo de contratações;¹⁶ isso leva os indivíduos a permanecerem mais tempo sem emprego, o que, por sua vez, os torna mais propensos a serem classificados como inativos, mesmo almejando a volta ao emprego. Nesta análise não há mais contradição entre o aumento relativo da inatividade (ou queda da taxa de participação) e a manutenção dos salários em um patamar historicamente alto.

Apesar do ambiente de baixo dinamismo econômico, o salário médio se mantém alto, uma vez que o menor fluxo de contratação tende a atingir, sobretudo, os trabalhadores que ocupavam postos de menor produtividade e menor salário. Basta ver que as maiores quedas na ocupação são registradas entre os empregados sem carteira assinada. Com a diminuição desse tipo de trabalhador entre os ocupados, há um aumento do salário médio em termos reais, mesmo se não houver reajuste de salários entre os que continuam empregados.

Nos últimos meses parece haver uma evolução desse quadro para uma situação ainda mais preocupante, pois percebe-se um acirramento na tendência de queda no nível de ocupação, acompanhado de uma tendência de queda nos salários e de um aumento no desemprego. Pode ser que o ajuste no emprego esteja mudando de um cenário mais concentrado na diminuição das contratações para outro em que o aumento das separações passa a ser preponderante.¹⁷ Essa possibilidade é reforçada pela severa deterioração das expectativas em relação ao desempenho da economia no ano em curso.

16. Há evidências robustas desse fato para a economia americana e os dados do Caged de 2013 em diante corroboram esse fato para o Brasil.

17. Novamente os dados do Caged nos últimos meses respaldam essa colocação.